

## Percurso histórico do códice quinhentista do *Livro que fala da boa vida...*

ANTÓNIO MANUEL RIBEIRO REBELO  
Universidade de Coimbra  
amrr@fl.uc.pt

A obra de referência, para se poder analisar de forma fidedigna a biografia da Rainha Santa Isabel, tem o título de *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, / Dona Isabel & de seus bons feitos & mila-/gres em sa vida & depois da morte*. Esta biografia, redigida em português, é vulgarmente conhecida pela designação de *Lenda da Rainha Santa*.

Fr. Francisco Brandão publica-a, em apêndice à parte VI da *Monarquia Lusitana* (logo na primeira edição de 1672, a pp. 495 ss), com o seguinte título:

RELAÇAM DA VIDA DA GLORIOSA / Santa Ifabel Rainha de Portugal, tresladada de hum li-/uro efcrito de mão, que esta no Conuento de S. Clara de / Coimbra, & ferue para varios capitulos desta hifstoria, & / da fubjequente.

E acrescenta:

O AVTHOR da relação se não declara, mas della se collige que he muito antiga, & muito proxima á morte da Santa Rainha. No principio do liuro está pintada a Imagem da Santa vestida com habito, cordaõ, manto & veo da Ordem de Santa Clara. Tem na mão direita hum Crucifixo, & na cabeça hũa coroa de espinhos. Aos seus pès estão lançados hũa coroa, & sceptro Reaes, com a letra seguinte: Crux, & spinea corona Domini mei, sceptrum, & corona mea.

Nas pp. 475 ss, Brandão propõe um *terminus ante quem* para a redacção do texto:

[...] foi escrita logo depois de sua morte; o que se colhe por dizer o Autor que aquelle tempo em que escreuia, dos irmãos da Santa Rainha era viuo somente EI-Rey de Sicilia Dom Fadrique, o qual, [...] passou desta vida no anno de 1337.

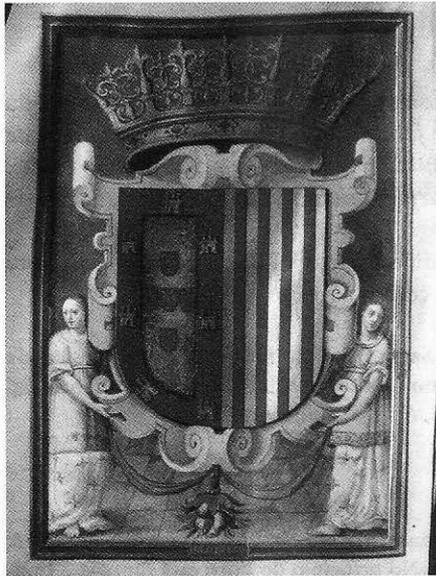
Assim sendo, a obra teria sido composta entre 1336, data do falecimento da Rainha Santa, e 1337, data em que este irmão de D. Isabel faleceu.

Frederico Francisco de la Figanière faz a descrição e estudo deste texto nas pp. 257 ss da sua famosa obra *Memória das Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1859:

A Lenda ou Relação da vida de Santa Isabel foi impressa conforme o MS. de Santa Clara de Coimbra, por frei Francisco Brandão na Monarchia Lusitana P. 6. formando o primeiro documento do appendice.

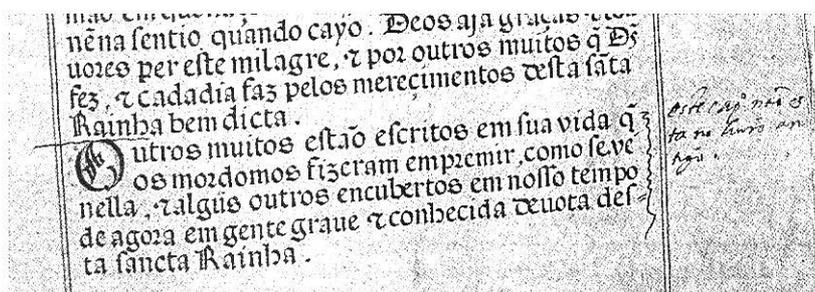
Mantém o carácter incógnito da obra, mas reforça o que havia já sido alvitrado por Fr. Francisco Brandão: “não se póde duvidar que foi composta pouco depois da morte da rainha: está-o revelando a linguagem, que é a genuina daquella epocha”. Subscreeve a argumentação proposta por Brandão para a data da obra. Porém, Figanière desenvolve um trabalho de crítica textual a partir do qual conclui que o manuscrito de Santa Clara não teria sido o original, sobretudo no que toca à parte final da obra, tanto nas datações, como no estilo. Considera os últimos parágrafos espúrios.

*Escudo da Rainha Santa  
e a sua Representação*



Figanière faz uma descrição pormenorizada da obra que actualmente se encontra no Museu Machado de Castro, com referência ao escudo da Rainha Santa, bipartido, com as armas de Portugal e as de Aragão, numa página em pergaminho, e a representação de Santa Isabel em corpo inteiro, trajando o hábito de Santa Clara no seguinte. No primeiro pergaminho, por baixo das armas, uma data: 1592. No último parágrafo, uma nota marginal registada por punho posterior: “este capº não está no livro antigo”.

Daqui infere Figanière que “o MS. existente em Santa Clara não sómente foi escripto nos primeiros tempos dos Filippes (não sendo mesmo necessario a data para o colligir), mas que tambem existia uma memoria mais antiga, provavelmente o original, cujo destino se ignora, da qual se copiára a que hoje se conserva”.



A conclusão é clara: o último parágrafo terá sido acrescentado pelo copista e os dois outros anteriores, que fazem referência a datas posteriores à morte de D. Fraderic, terão sido incorporados no original, antes de se extrair a cópia que serviu de base a Brandão e a Figanière.

A Lenda terá sido redigida logo após a morte de D. Isabel por autor anónimo (ou autora) que terá privado com a Santa Rainha. Efetivamente, os factos relatados e o pormenor da descrição revelam que o autor da obra terá acompanhado bem de perto a sua vida.

Os Bolandistas corroboram esta opinião: *VITA Auctore Anonymo fere coævo (Act. Sanct. Iulii, tom. II, p. 171)*.

António de Vasconcelos, na sua monumental obra intitulada *A evolução do culto de Isabel de Aragão, esposa do “Rei lavrador”, D. Dinis de Portugal*, secunda as suspeitas de Figanière<sup>1</sup>. Hipótese muito consistente para a autoria da biografia de D. Isabel recai sobre D. Fr. Salvado Martins, bispo de Lamego, confessor da Santa Rainha. António de Vasconcelos afirma-o com toda a convicção:

O bispo, que mandou exarar os publicos instrumentos, não foi certamente estranho à redacção da preciosa biographia. Estou convencido de que ella é devida a D. fr. Salvado, que, ao mandá-la escrever ou ao escrevê-la elle proprio, pensava na canonização de D. Isabel, de cujas virtudes mais do que ninguém podia dar testemunho.<sup>2</sup>

Isso mesmo é corroborado pelo prólogo, que Brandão não transcreve e que Vasconcelos, numa primeira fase, só consegue recuperar a partir da tradução latina que o P.<sup>o</sup> António Macedo SJ terá feito, a pedido dos Bolandistas, para os *Acta Sanctorum*<sup>3</sup>.

Inicialmente julgava-se que a cópia do séc. XVI, que servira de base à reprodução de Brandão e que Figanière consultou no arquivo de Santa Clara em Coimbra, era a única sobrevivente.

<sup>1</sup> Cf. ANTÓNIO G. R. DE VASCONCELOS, *A evolução do culto de Isabel de Aragão, esposa do “Rei lavrador”, D. Dinis de Portugal*, Coimbra, 1894, particularmente pp. 4 ss, 264 ss e 284 ss.

<sup>2</sup> Id., *ibid.*, p. 285.

<sup>3</sup> *Act. Sanct. Iulii*, tom. II, p. 173: “Ne lapsu temporis ex hominum memoria excidant, tum uita, quam in hoc mundo duxit nobilissima Domina Elisabetha, Dei gratia Regina Portugalliae et Algarbiorum, tum exitus, quem habuit, tum etiam, ut conseruetur memoria rerum, quas dominus noster Iesus Christus per illius intercessionem, tam in uita, quam post mortem, operatus est, describam res ab ipsa, in uiuis agente, gestas, dum adhuc recenti recordatione sciuntur, et superstites sunt multi utriusque sexus homines, fide digni, qui illas uiderunt atque interfuerunt, quaeque toti regno Portugalliae notoriae sunt, prout infra narabimus eius gesta opera et uitam, nihil addendo, nihil uariando, quod a ueritate alienum sit”.

No segundo volume da sua famosa obra, António de Vasconcelos afirma: “o original desaparecera, e a C[ópia], segundo creio, teve recentemente o mesmo destino. Todas as indagações que tenho feito por descobri-la não são infructuosas”<sup>4</sup>.

Ao descrever os autos do processo de canonização existente na BN, insiste:

Os procuradores, nomeados por el-rei Philippe III de Hespanha para promoverem em Coimbra o processo para a canonização da bemaventurada rainha D. Isabel, requereram que aos autos se juntasse um traslado d'esta lenda. Effectivamente foi apresentado aos juizes commissários apostólicos, e por eles mandado juntar ao processo, este traslado, que vi e analysei. Designa o ms. da lenda pelo titulo: Livro que falla da boa vida que fez a Ra/jnha de Portugal, Dona Isabel, e de seus / bons feitos e milagres em sa vida, e des/pois da morte.

E esclarece ainda:

Reporta-se não ao original, mas à cópia hic cit. Isto indica-nos que o original era já desconhecido em maio de 1612, quando o processo corria. Consta-me porem que apareceu recentemente este precioso ms. do seculo XIV, e que se acha hoje em poder de um official do nosso exercito.

Noutro passo, o ilustre estudioso corrige e esclarece a genealogia dos códices<sup>5</sup>. O exemplar dos finais do séc. XVI, compulsado por Brandão e Figanière, era uma cópia extraída de um pergaminho provavelmente do séc. XV, que, por sua vez, era também um apógrafo e não o manuscrito original.

E não admira que assim fosse. Que o texto terá sido objeto de cópia, comprova-o, pelo menos, a antiga referência a uma biografia da Rainha Santa, registada no testamento de D. Fernando, Mestre de Avis, antes de partir para Tânger, ao legar ao “mosteiro das Donas de Sam Salvador de Lixboa” um “liuro da rreynha dona Helisabeth”<sup>6</sup>.

Em 1894, António de Vasconcelos assinalava o desaparecimento dos dois códices, mas pouco depois dava conta do seu paradeiro:

[...] appareceram tanto o antigo livro em pergaminho, como a cópia que delle se tirou nos fins do séc. XVI. Aquelle não tinha saído do mosteiro há tanto tempo como se imaginava. Foi vendido pelas freiras em tempos recentes, e hoje pára na mão do abastado capitalista portuense sr. José Gaspar da Graça Junior, que o comprou a um official de engenharia a quem as freiras o tinham vendido. A Cópia, emprestada pelas freiras a qualquer devoto, não foi restituída, e hoje existia na mão de um operario a quem a policia a apprehendeu.

Quando FIGANIÈRE esteve no mosteiro de Santa Clara colhendo elementos [...] ainda lá existia o antigo codice; mas tinham-no as religiosas removido para a casa do noviciado, onde estava de mistura com varios agiologios e devocionarios. Debalde pois o illustre investigador o buscou no cartorio, onde era o seu logar.

<sup>4</sup> Cf. ANTÓNIO G. R. DE VASCONCELOS, *A evolução do culto de Isabel de Aragão, esposa do “Rei lavrador”, D. Dinis de Portugal*, Coimbra, 1894, vol. II, p. 29.

<sup>5</sup> Id. *ibid.*, 1894, vol. I, p. 264, nota 1.

<sup>6</sup> Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gaveta 16*, maço 2, n.º 13 = *Monumenta Henricina*, Direcção, organização e anotação crítica de A. J. Dias Dinis, OFM, 15 vols., Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960-1974, vol. 6, doc. 52.

Por concessão amavel do Sr. Gaspar da Graça, tive em meu poder alguns dias o precioso livro de que é possuidor aquelle cavalheiro, e estudei-o com cuidado.

António de Vasconcelos conclui, então, que se trata de um apógrafo do séc. XV, em pergaminho, sem o parágrafo final da cópia transcrita por Brandão, mas com o prólogo que se havia perdido no processo de cópia<sup>7</sup>. Eis, então, a justificação do autor anónimo da obra para confiar à escrita a biografia da Santa Rainha:

Pera se nom perder per tempo de memoria dos omees a vida que em este mundo fez a muy noble senhora, dona Isabel, per graça de Deus raynha de Purtugall e do Algarve, e o acabamento que ouve e as cousas que Nosso Senhor Ihesu Cristo em ssa vida e depouys sseu saimento deste mundo por ela fez, porem em tanto o ffecto de ssa vida está rrezente e á muytos omees e molheres dignos de creer que virom e passaram as cousas que se adiante seguem e assy como notorio a todos os de Purtuguall, screpverom-se os seus ffectos, obras e vida, nom adendo, nem errando de verdade todo que se diz.

José Joaquim Nunes publica o texto no *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, em 1921, com o título “Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal. Texto do século XVI, restituído à sua presumível forma primitiva e acompanhado de notas explicativas”.

Nessa reconstituição vale-se da versão latina dos Bolandistas e faz uso dos materiais e sugestões fornecidas por António de Vasconcelos, como, aliás, o comprova a dedicatória da separata oferecida ao Doutor Vasconcelos proveniente da biblioteca deste ilustre lente da Faculdade de Letras.

E o que aconteceu aos dois códices?

Apenas podemos reconstituir o percurso do códice do séc. XVI.

Como referimos, na época em que o Doutor Vasconcelos redigia esse *opus magnum* isabelino, o códice seiscentista havia sido apreendido pela polícia.

Ora, com data de 1894, existe, no copiador de correspondência da CRSI (liv.2 – 71<sup>v</sup>-72<sup>v</sup>), um ofício enviado ao governador civil do distrito de Coimbra reclamando a entrega do “Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, de seus bons feitos e milagres em sua vida e depois da morte”, que se encontrava depositado no Governo Civil. A missiva reza assim:

Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Senhor

Tomo a liberdade de vir reclamar perante V. Ex<sup>a</sup> em nome da Mesa da Real Confraria da Rainha Santa Isabel, a entrega de um livro depositado neste Gov. Civil, e assim epigraphado: *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, / Dona Isabel & de seus bons feitos & mila-/gres em sa vida & depois da morte.*

Este livro é e foi sempre desta corporação, como é fácil provar por documentos e testemunhas; e, com quanto não tenha o valor que os jornais lhe estão attribuindo, esta Confraria não deve nem pode consentir em ser esbulhada da posse delle.

Pertencia, é verdade, ao mosteiro de santa Clara de Coimbra um valiosissimo manuscripto, anterior ao meado do sec. XIV, contendo a biographia da Rainha

<sup>7</sup> Em 1930, António de Vasconcelos mantém tudo quanto disse numa conferência sobre Santa Isabel. Cf. ANTÓNIO GARCIA RIBEIRO DE VASCONCELOS, *D. Isabel de Aragão - Rainha de Portugal, Conferência com ilustrações de Marques Abreu*, Porto, 1930.

Santa Isabel, o que hoje, como pertencente ao Estado, devia achar-se depositado no Archivo Nacional da Torre do Tombo. Mas esse manuscrito foi roubado há anos, todos ahi sabem que existe hoje no Porto em mão de um particular de que até se indica o nome e morada, e entretanto os poderes publicos não procuram rehave-lo.

O manuscrito do sec. XVI que hoje está retido neste Gov. Civil, é apenas uma copia, em partes bem pouco fiel do referido codice, e não tem mais valor e autoridade do que as publicações integras que da referida biographia ou *Lenda* fizeram Fr. Francisco Brandão em App. à parte VI da Monarch. Lusit., e os Bollandistas nos *Acta Sanctorum Julii*, tomo II, pag. 173 e segg.

O que lucra portanto o Estado praticando o acto de força de nos privar arbitrariamente deste manuscrito, que é nosso, e que pouco ou nenhum valor tem senão para nós, por nos dár testemunho da piedade dos antigos irmãos desta Confraria para com a sua celeste Protectora?

Devo, para maior esclarecimento, expôr a traços largos a historia deste apographo.

Em 1556, em virtude de um breve do papa Paulo IV, impetrado por el-rei D. João III, começou a prestar-se em todo este reino culto litúrgico à Rainha Santa Isabel. Em Coimbra, e na igreja de Santa Clara, onde ella se achava sepultada, fundou-se logo em honra da mesma santa uma Confraria, cujo compromisso foi aprovado pelo bispo conde D. João Soares.

Um dos fins principaes desta corporação era desenvolver em todas as classes a devoção à Santa Rainha, tornando conhecidas as suas muitas virtudes.

Existia, como disse, no mosteiro de S<sup>ta</sup> Clara uma minuciosa biographia escripta, com excepção dos últimos capítulos, logo em seguida à morte da piedosa Rainha: era pois conveniente divulga-la e mostrá-la. Mas como, se as freiras não deixavam sair da sua mão aquelle, para ellas, inestimável tesouro?

Então lembrou-se de um magnifico expediente um dos dois primeiros mordomos que teve a Confraria, Antonio Brandão, Clerigo: extrahiui do antigo manuscrito uma copia em boa caligrafia gothica, e dahi em diante a Irmandade poude conservar cuidadosamente arrecadado o original.

Fez-se esta copia entre o anno de 1556 e 1560. Em 1592 juntaram-lhe as duas iluminuras em pergaminho que vieram tornar mais devoto o livro.

O mesmo mordomo Antonio Brandão e o seu colega na mordomia Antonio Dalpoim mandaram imprimir esta biographia, modificada na redacção e ampliada com a noticia de alguns novos milagres, dedicando o novo livro à Rainha D. Catharina. A esta impressão, que se fez em Coimbra na typographia de João da Barreira em 1560, alude o capitulo final do proprio apographo.

Nunca ninguem contestou o direito de propriedade que a Confraria sempre teve este manuscrito, nem jamais ninguem disse que elle pertencia ao convento de santa Clara, onde alias foi visto muitas vezes porque lá se achava depositado, assim como todas as alfaias, livros de escripturação e outros objectos que tinha esta Real Corporação

Até à data da extincção do convento foi no mosteiro de S<sup>ta</sup> Clara que esteve o archivo da Confraria da Rainha Santa, guardado pelas religiosas, que nesta corporação tambem exerciam direitos segundo a letra do velho compromisso.

Foi em 1890, quando a Mesa eleita neste anno tomou posse da administração da Confraria, que se deu pela falta do livro: procedeu-se desde logo a minuciosas indagações e só agora é que poude descobrir-se onde elle parava.

Se a policia ultimamente o apprehendeu, foi porque reclamámos o seu auxilio a fim de nos ser restituído um objecto que era nosso, e que nos havia sido roubado. Em virtude de todas estas considerações venho pois solicitar a V. Ex<sup>a</sup> em nome da

Mesa da Real Confraria da Rainha Santa Isabel por mim presidida, se digne providenciar para que nos seja entregue o manuscrito acima referido.

Deus Guarde a V. Ex<sup>a</sup>.

Coimbra 9 de Janeiro de 1894

Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Governador Civil do Districto de Coimbra

O Presidente

Francisco José de Sousa Gomes

Nesta missiva há pormenores que não são referidos por nenhum outro investigador. O texto do códice de 1592 é diferente da biografia editada pela Confraria em 1560 a acompanhar a publicação dos primeiros estatutos. Estaria a reconstituição histórica do percurso do códice em elementos que desapareceram ou (ainda) não vieram a lume? Mesmo que as origens dos códices se tenham diluído nas brumas do tempo, o percurso recente era de reconstituição fácil.

Ao Doutor Vasconcelos já havia sucedido o Doutor Sousa Gomes na Presidência da Confraria da Rainha Santa Isabel, mas é perceptível, na argumentação, pese embora a elevada cultura e erudição do Doutor Sousa Gomes, a experiência do Doutor Vasconcelos.

Ignoramos como este livro, roubado à Confraria, recuperado pela Polícia, confiscado pelo Estado, foi parar ao Museu Machado de Castro – e o desaparecimento da correspondência no incêndio de 1943 não permitirá jamais sabê-lo. Como o Governo Civil tinha a sua sede no Colégio dos Lóios até 1943, altura em que foi atingido por um violento incêndio – segundo algumas opiniões provocado com a intenção de forçar a sua demolição para dar lugar à nova cidade universitária –, não admira que um dos governadores civis tenha confiado tão belo códice ao Museu Machado de Castro, ali mesmo, a poucos metros de distância, um museu que, por sua vez, já albergava muitos outros tesouros da Confraria da Rainha Santa Isabel desde a instauração da República.